GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
CONSELHO SUPERIOR
ATA DA 165ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às quinze horas do dia 24 de março de dois mil e vinte e dois, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - Seas, sito à Av. Venezuela nº 110 – 2º andar, na Capital do Estado, ocorreu a 165ª Reunião do Conselho Superior do Fecam, em caráter ordinário. Estavam presentes os Conselheiros: Jorge Vicente Peron Mendes representante da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan, o Conselheiro suplente da Assembleia Permanente de Entidades de Defesa do Meio Ambiente – Apedema, Sr. Markus Wolfjdunkell Budzkz**,** e o Conselheiro suplente da Secretaria de Estado da Fazenda - Sefaz, Sr. Allan Cristiano dos Santos. Participaram ainda, desta Reunião, o Sr. José Ricardo Ferreira de Brito Subsecretário Executivo – Subexe/Seas, as Sras. Maria das Graças Andrade e Daniela dos Santos Almeida da Superintendência de Fundos de Interesse Público – Supfip/Subexe/Seas, a Sra. Milena Almeida Suhett, Coordenadora do Fecam, e as Sras. Kamylla Ribeiro Machado, Gabriela Carrero Ribeiro e Eliana Cardoso de Almeida, todas da Coofecam/Supfip/Seas, o Sr. João Vicente de Matos Rocha, da Diretoria de Recuperação Ambiental do Inea, o Sr. Claudino V.R. do Espírito Santo, Coordenador Executivo do Uepsam/Seas, a Sra. Sarah Ferreira da Sefaz, Srs. Rafael Paiva Vieira, Maurício Costa de Castro, Renan Alves de Oliveira todos da Secretaria de Estado de Defesa Civil – Sedec, Sra. Ruth Jurberg da Secretaria de Estado de Casa Civil e, ainda, Sra. Ana Asti Subsecretária de Recursos Hídricos e Sustentabilidade. **1 - Abertura**: O Sr. José Ricardo abriu a reunião saudando a todos e pede que se aguarde a entrada do Conselheiro Jorge Peron da Firjan, com problemas técnicos, para o início da reunião. O Conselheiro Suplente da Apedema Markus Wolfjdunkell Budzkz comunica que a Conselheira Titular da Apedema Claudia Valente não poderá participar da reunião. O Sr. José Ricardo agradece a presença de todos os presentes e passa ao item 1 da pauta – Informes da Secretaria Executiva do Fecam. A Coordenadora Milena inicia cumprimentando a todos comunicando os informes sobre os acontecimentos no Fecam no período, sendo o primeiro a sua designação como Secretária Executiva do Fecam, como prevê a Lei de criação do Fecam, que institui a figura do Secretário Executivo do Fecam que participará das reuniões, sem direito a votos, cabendo secretariar as reuniões. A deliberação Normativa nº 10/2003 informa, no seu art. 4º, que os serviços prestados pelo Secretário Executivo serão considerados de relevante interesse para o Estado, não sendo remunerado a qualquer título. A Coordenadora acrescenta que suas atividades de Secretária Executiva coincidem com as que a Coordenação do Fecam faz no momento. Na última reunião, continua, foi apresentada a Carteira de Projetos do Fecam com 99 projetos aprovados, que aumentou consideravelmente a partir de 2021, sendo que após a primeira reunião deste ano, passou para 104 o total de projetos aprovados. E, ainda, foi realizado pela equipe técnica do Fecam um levantamento de todos os projetos, onde foram constatados 15 projetos não iniciados, 45 parados e 44 em execução. A Deliberação Executiva nº 219/2003 determina que os projetos aprovados permaneçam no Banco de Projetos pelo prazo máximo de 12 meses e findo esse prazo, os projetos não iniciados serão devolvidos, pelo Secretário Executivo do Fecam, aos órgãos ou entidades proponentes. Em seguida, apresenta a listagem dos projetos não iniciados, informando que a Coordenadoria fez um levantamento desses projetos alguns com início em 2011, 2014 e 2015, propondo o cancelamento de todos. Apesar, de como determina a Deliberação, de encaminhamento do processo ao proponente, o entendimento foi de que seria inconveniente, tendo em vista os orçamentos estarem defasados, com necessidade de atualização do cenário atual com um novo formulário de apresentação do projeto. Então, se for para atualizar o formulário, a indicação é para propor novo projeto. E se os Conselheiros não tiverem nada a opor a proposta e para o cancelamento e arquivamento desses projetos. Apenas o último projeto constante da listagem, “Olho no Verde”, como foi aprovado em 2019, o setor demonstrou interesse em dar andamento no projeto. É interessante informar que as Deliberações Normativas do Fecam estão sendo atualizadas, como podem ser acompanhadas no processo SEI-070026/001733/2021, a maioria de 2003, antigas, dispersas e por que não condizem com a realidade atual da administração pública estadual. São 39

Deliberações Normativas vigentes e não vigentes. Em breve, serão apresentadas ao Conselho uma minuta de atualização das deliberações. Continuando, informa que na elaboração do Relatório de 2021 foi verificado que a complementação financeira no valor de R$ 14.730.415,63, aprovada na reunião do Conselho realizada em 05/02/21, por equívoco, foi registrada no Projeto "Limpeza dos leitos e margens dos corpos hídricos no ERJ" ao invés do Projeto "Limpeza, manutenção e desassoreamento de diversos corpos hídricos" aprovado em 08/01/21, que seria o correto. Considerando que ambos os projetos possuem o mesmo escopo e, após entendimentos com os proponentes de que não haveria prejuízo à administração pública e à gestão dos projetos, optou-se por deixar a complementação financeira registrada no Projeto "Limpeza dos Leitos e Margens dos Corpos Hídricos no Estado do Rio de Janeiro" e informar ao Conselho. Passando ao Relatório Anual de 2021, somente o Conselheiro Allan da Sefaz que não esteve na última reunião, estou mostrando novamente, para informar que o Relatório está em elaboração e alguns processos de prestação de contas não chegaram ao Fecam, impossibilitando terminar a elaboração do Relatório Anual. Quanto ao orçamento anual de 2022, foi apresentado na última reunião com os dados da PLOA – Proposta de Lei Orçamentária Anual porque não havia as informações detalhadas da Lei Orçamentária Anual. Como o orçamento público é uma lei, após o Executivo elaborar a proposta e encaminhar ao Legislativo houve emendas e alterações. Com isso, a receita do Fecam de 695 milhões passou para 801 milhões de royalties de petróleo mais 4 milhões e 700 mil de multas ambientais, totalizando 806 milhões de receita. Acompanhando a previsão de receita estão as despesas, com a relação dos órgãos e respectivas ações e a liberação orçamentária, na fonte 151 – Fecam, para cada órgão como foram solicitados em seus orçamentos, com um total de 801 milhões. Finalizando sua exposição agradece a todos os Conselheiros. O Sr. Jose Ricardo agradece a Coordenadora Milena sobre os esclarecimentos e pergunta se os Conselheiros têm alguma consideração a respeito. O Conselheiro da Apedema solicita esclarecimentos se a Coordenadora Milena continua na coordenação e na secretaria executiva. A Coordenadora responde que sim. E se antes eram duas pessoas diferentes, continua o Conselheiro. A Coordenadora explica que essa figura de Secretário Executivo é prevista em Lei, pessoas foram nomeadas e durante um tempo o cargo ficou vago e agora foi regularizada a situação. O Conselheiro agradece e pergunta se qualquer membro do Fecam poderia concorrer a essa função ou teria que ser funcionário. A Coordenadora responde que teria que ser funcionário até porque pela peculiaridade das funções que é de assessorar as reuniões e aos trâmites administrativos. O Conselheiro solicita o encaminhamento desses informes, por e mail, para seu conhecimento e a Coordenadora se compromete a enviar. O Conselheiro finaliza dizendo que os informes serão repassados para a Dra. Claudia, titular da Apedema no Conselho, e a todos os demais membros da Apedema, parabenizando a nova Secretária Executiva do Fecam. O Presidente passa, então ao **item 2** da pauta que trata da Deliberação da ata da 164ª Reunião do Conselho Superior do Fecam e pergunta se os Conselheiros têm alguma observação para sobre a ata. Nenhuma observação é feita pelos Conselheiros, declara, então, aprovada a ata. Passa, então para o item 3 – Deliberação de novos projetos. 3**.1 – Proponente: Sedec/CBMERJ – Projeto "Prevenção e Combate aos Eventos de Incêndios Florestais e Desastres Ambientais em Decorrência de Chuvas Intensas no Âmbito do Estado do Rio de Janeiro (Operação Extinctus e Operação Fluviam)" – Valor: R$ 16.768.202,83 – Prazo: 12 meses – Processo: SEI-270128/000018/2022,** que será apresentado pelo Coronel Paiva que agradece e passa a palavra ao Tenente Coronel Renan – Superintendente Administrativo da Secretaria de Estado de Defesa Civil, que cumprimenta todos os presentes iniciando sua exposição explicando o objetivo geral do projeto que é o fortalecimento das ações do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, em resposta e prevenção de danos causados pelos desastres ambientais, proporcionando a conservação do meio ambiente. Em seguida, os objetivos específicos: realizar o monitoramento aéreo das áreas afetadas, para ações rápidas, com a utilização de aeronave de asa rotativa

(helicópteros); proporcionar o transporte de pessoas e material aos locais de sinistros, levando o grupo de combate a incêndios florestais; adquirir os equipamentos operacionais (abafadores e sopradores costais) e de proteção individual (capacetes de salvamento) para todas as unidades do CBMRJ. O projeto está enquadrado no art. 263 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, parágrafo 3º, item XIII e XVIII, com duração de 12 meses, período de estiagem (Extinctus) e período de chuvas intensas (Pluviam). A abrangência do Projeto é todo o Estado do Rio de Janeiro, na cobertura de 92 municípios, englobando todas as Unidades de Conservação do Estado. As metras: adquirir os equipamentos citados, bem como a prestação de serviços de locação de aeronave no período de um ano. A locação da aeronave será por demanda, por hora de voo, sendo que as horas utilizadas é que serão pagas e previstas 365 horas de voos anuais. Serão adquiridos 1.733 abafadores de incêndio, 8008 capacetes de salvamento e 55 sopradores costais para os grupamentos de serviço florestal. Apresenta, em seguida, algumas fotos das atuações, monitoramento aéreo, utilização dos abafadores em incêndio, transportes de tropa na aeronave, o capacete para a tropa e um sinistro. Finalizando, apresenta o orçamento detalhado dos itens constantes do projeto no valor total de R$ 16.768.202,83. O Presidente agradece a exposição e coloca o projeto para crítica dos Conselheiros. O Conselheiro Markus da Apedema faz uma explanação sobre a participação da Apedema atuando em todas as bacias hidrográficas, lembrando quem está na ponta fica muito isolado, então, como descentralizar, qual a estratégia pensando no Estado? O Cel. Paiva explica que se tem tentado fazer essa integração, o Chefe do Estado Maior responsável pelas operações, de forma geral da instituição tem feito reuniões itinerantes na área do interior. A previsão é que se faça essa integração conjunta com os deslocamentos do Comando da instituição para essas áreas do interior para entender a necessidade real. Isso no âmbito do Corpo de Bombeiros, já na parte da Defesa Civil existem os militares que estão designados para cada região do ERJ. O Subsecretário tem atuado nessa tentativa de fazer essa integração e a posição hoje com esse viés é da ampliação da atuação da Secretaria de Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros com a atuação e participação de outros órgãos. O Comandante Leandro vem fazendo este trabalho e ano a pretensão que seja intensificado nas áreas do interior e também no contato do interior diretamente com o Comando da instituição. Para que não se perca e não se tenha nenhum tipo de impedimento na atuação, tanto do Corpo de Bombeiros quanto na Defesa Civil. O Conselheiro Markus pergunta quantas são as regiões e como são distribuídas. O Coronel explica que as regiões são distribuídas de acordo com os comandos de área. Atualmente são dez comandos de área em relação ao Corpo de Bombeiros e em relação a Defesa Civil tem-se a divisão pelas regionais de defesa civil e cada região tem um oficial responsável para fazer essa integração, tanto com os órgãos locais quanto com as prefeituras, com o poder público e a parte privada daquela região. E cada responsável é ligado ao Departamento Geral de Defesa Civil, que por sua vez é ligado a Superintendência Operacional. Então, o que se busca e a ligação entre a Defesa Civil, parte operacional da Superintendência e a parte administrativa para que não tenha nenhum tipo de rompimento nessa atuação perante a sociedade. O Conselheiro Markus pergunta qual a possibilidade dessa integração envolver e integrar de fato os comitês de bacia? Ao término dessa reunião, responde o Coronel, podemos manter contato para que seja possível fazer essa integração com a Superintendência Operacional que vai fazer e estabelecer essa ligação com todos os responsáveis das regiões da Defesa Civil. Essa integração é mais do que necessária, útil e atende a nossa sociedade. O Conselheiro Markus acrescenta que esse contato seria para somar esforços olhando na mesma direção. O Sr. José Ricardo pergunta tem mais alguma consideração a ser feita e sem comentários dos outros Conselheiros, passa para a aprovação do projeto. Nesse momento, o Sr. José Ricardo comunica a entrada na reunião do Conselheiro Peron e pergunta se tem algum comentário sobre o projeto e se deseja votar. O Conselheiro prefere se abster em função de seu atraso. Com isso, submete a aprovação do projeto aos demais Conselheiros, sendo aprovado por unanimidade. Prosseguindo, passa para o próximo

Projeto. **3.2 – Proponente: Seas/Psam – Projeto "Implantação de Saneamento Básico do Complexo da Maré – Parque Roquete Pinto" – Valor: R$ 38.795.757,73 – Prazo: 12 meses – Processo SEI-070026/000493/2022.** O Presidente apresenta o Sr. Claudino V.R, do Espírito Santo, Coordenador Executivo Uepsam/Seas, que inicia sua exposição, cumprimentando a todos e informando que a proposta é um projeto de saneamento de esgotamento sanitário na comunidade Parque Roquete Pinto no Complexo da Maré. Este projeto é uma obrigação de um TAC do piscinão de Ramos. Essa obrigação não foi cumprida no decorrer das obras do piscinão de Ramos. O Ministério Público ajuizou uma ação contra o Estado e o Estado, hoje, está condenado a executar essa obra de saneamento do Parque Roquete Pinto. Este projeto prevê a implementação de coletor separador absoluto em toda a comunidade com destino final a ETE Penha; a construção de duas elevatórias com vazões de 39 l/s e 25 l/s; linhas de recalque; sistema de drenagem pluvial, que foi embutido no projeto para garantir o funcionamento do separador absoluto. Só implementando o separador absoluto a vida útil seria muito curta, que seria assoreado muito rápido e seria perdido. Então, foi incluído o Sistema de Drenagem inicial que drena para a Baía de Guanabara; e as ligações domiciliares para toda comunidade. Apresenta, a seguir, a planta da situação da comunidade, explicando que vai ser lançado um tronco em método não destrutivo, atravessando por trás da Avenida Brasil e lançando na Estação de Tratamento da Penha. O projeto foi executado pela CEDAE e os dados físicos do projeto vão atender uma população de 10 mil habitantes, com um investimento de aproximadamente 39 milhões, 6 km de rede coletora, 2 km de rede de drenagem, 2000 ligações, 914 metros de recalque, para uma vazão de 65 l/s. Isso significa dizer que com este projeto em operação vão ser deixados de ser lançado 3 piscinas olímpicas diariamente na Baía de Guanabara. Continuando, apresenta o cronograma financeiro da obra, mês a mês. Um projeto para 12 meses é a expectativa para a realização das obras do projeto. Quanto a justificativa, o Parque Roquete Pinto não é dotado de sistema de esgoto, e todo efluente sanitário é direcionado para a Baía de Guanabara. Essa intervenção decorre de cumprimento de obrigação judicial já relatado; as obras possuem dois projetos de esgoto, um fornecido pela CEDAE e o projeto de drenagem fornecido pela Rio Aguas. A contratação das obras será conduzida pela Comissão Especial de Licitação do PSAM e a sua respectiva execução. O projeto atualmente encontra-se em processo de aprovação do edital, processo SEI-070026/004737/2019. Finalizando, se coloca aberto para qualquer pergunta dos Conselheiros. O Presidente agradece e pergunta se existe alguma consideração dos Conselheiros. O Conselheiro Peron pede para fazer duas considerações sobre o projeto anterior, apesar da abstenção da aprovação da Firjan, que gostaria que fosse registrado todo apreço e consideração que a Federação tem pelo trabalho que vem sendo feito pela Defesa Civil tanto pelo Corpo de Bombeiros, não especificamente no atendimento ao desastre de Petrópolis, mas durante o seu processo histórico e de existência. São duas organizações de extremo valor para a população e também para a indústria. Infelizmente não tive oportunidade de participar da apresentação e me senti impedido de manifestar o voto, mas gostaria de deixar o reconhecimento pelo trabalho feito por estas duas organizações. A segunda observação é parabenizar também ao Claudino e equipe pela concepção do projeto e pela apresentação. E para me ajudar enquanto Conselheiro para fazer uma avaliação mais apropriada do que foi apresentado é exatamente a respeito da sobreposição do projeto com a concessão dos serviços que a CEDAE fez nesta área específica de atuação para a empresa Aguas do Rio, ou seja, o que está apresentado no projeto é exatamente um trabalho definido, que deveria ser realizado pela CEDAE e que foi concebido para um ente privado. Este projeto deveria ter sido feito ou estar sendo feito pela Aguas do Rio? Por que o PSAM está realizando esse projeto e não a Águas do Rio? O Sr. Claudino responde que é importante se dar as devidas explicações sobre esta execução. Realmente a área foi concedida para a Águas do Rio, ela que opera todos os sistemas naquela região. No caderno de encargos da concessão, as empresas têm uma obrigatoriedade de investir aproximadamente 5 milhões para essas áreas informais, mas

investir em cinturões, cinturões em tempo seco, evitando o lançamento dos efluentes sanitários na lagoa e estão trabalhando nesse sentido. Em relação a esse projeto, foi conversado à época com Águas do Rio, e considerando todo o programa de investimento deles ao longo do tempo dos 35 anos de concessão, eles teriam que executar esse sistema que estamos propondo agora, mas como não está na obrigação deles, no curto prazo, executar o sistema de separador absoluto, mas apenas o cinturão, ainda, e considerando a obrigação que a Justiça afetou ao Estado, e depois de diversos entendimentos com a Procuradoria Geral do Estado, inclusive envolvendo a Procuradoria do Município em função da parte da drenagem. A Secretaria do Ambiente optou por realizar de imediato este projeto com a CEDAE que executou o projeto básico e o projeto de drenagem pela Rio Aguas. E foi uma decisão que o Estado entendeu ser importante para poder cumprir essa medida judicial. E por isso vai gerar o reequilíbrio dos contratos de concessão. Toda intervenção que o Estado fizer em área concedida gera um estudo de reequilíbrio. Então, na conta que a concessionária reembolsa o Estado, vai ter a conta refeita e alguma variável em função dessa obra vai influir nesse resultado, nesse recurso que será passado para o Estado. O Conselheiro Peron agradece a explicação feita pelo Sr, Claudino. Os Conselheiros têm mais alguma dúvida? Pergunta o Sr. José Ricardo. O Conselheiro Allan da Sefaz gostaria de saber com relação ao TAC se seria a única obra a fazer ou se existe outra. O Sr. Claudino responde que nesse TAC específico que é um Termo de Conduta desde o piscinão de Ramos, que restou essa obrigação, que o Estado não contemplou a época e o Ministério Público agilizou e agora saiu a decisão judicial obrigando o Estado e a Secretaria do Ambiente objetivamente a executar. Não consta mais nenhuma pendência inerente a este Termo de Ajuste de Conduta. O Conselheiro agradece. Em prosseguimento, não havendo mais qualquer dúvida sobre o projeto, Sr. José Ricardo passa para sua deliberação, sendo aprovado por todos os Conselheiros. O Conselheiro Jorge Peron solicita que seja consignado em ata o seu questionamento e a resposta do Sr. Claudino, que é um ponto relevante, inclusive para outros projetos. Prosseguindo, o Presidente pede que seja atendida a solicitação do Conselheiro neste projeto e sua explicação na abstenção. Passando, em seguida, para o item 3 da pauta. **3.3 - Proponente: Seas/Subrehs – Projeto Polos de Reciclagem em Comunidades do Programa Cidade Integrada – Valor: R$ 10.476.076,00 – Prazo: 18 meses – Processo: SEI-070026/012745/2021.** A apresentação será feita pela Subsecretária Ana Asti e a Sra. Rute Juntemberg. A Subsecretária cumprimenta a todos e lembra que na última reunião foi falado sobre esse Programa com o foco na Rocinha. É um projeto que foi bem aceito pelo Governo do Estado, que propôs que a Subsecretaria fizesse uma expansão da ideia de polo de reciclagem para outras comunidades onde já se tem uma ação do Governo do Estado através do Programa Cidade Integrada. Explica que solicitou a Sra. Rute que participasse desta reunião para explicar o que é o Programa Cidade Integrada, para que se tenha a contextualização da inserção do projeto no Cidade Integrada. Após a explanação da Rute, volto para falar do projeto e das comunidades beneficiadas, diz a Subsecretária. A Sra. Rute se apresenta, informando que é urbanista e funcionária do Estado há 39 anos e, desde julho de 2021 foi convidada pelo Governador e pela Casa Civil para assumir a Coordenação dos Projetos do Programa Cidade Integrada. A proposta do Programa, explica, visa integrar tanto física quanto socialmente as comunidades de baixa renda com bairros do seu entorno. E dentro desta proposta existem alguns eixos de desenvolvimento do programa tanto pela construção e reforma dos equipamentos públicos, pela questão da segurança, pela questão da governança e pela questão da transparência, o que foi feito a partir de 2021 pela equipe multidisciplinar em campo, identificando todas as demandas de maneira participativa em 6 comunidades do Rio de Janeiro, que são objeto do Programa Cidade Integrada. A primeira dessas comunidades é o Jacarezinho, na zona sul a comunidade da Muzema, Banco e Tijuquinha. Numa segunda etapa, é o Pavão Pavãozinho, Cantagalo e na zona oeste o Cesarão. Na terceira etapa, O Complexo da Maré e na zona oeste Rio das Pedras. A proposta visa sempre trabalhar de maneira transparente e participativa e diálogo

com essas comunidades de baixa renda. E nesse sentido, a questão do lixo e a questão da reciclagem se torna um fator extremamente importante, não só para estas 6 comunidades como para todo o Estado, em função de diversos aspectos físicos, sociais, econômicos e urbanísticos dessas áreas. Que são áreas que tiveram um crescimento desordenado e sem controle urbano, principalmente nos últimos 30 anos o poder público ficou ausente dessas comunidades, trazendo como consequência uma marginalização e o aumento da violência muito grande. Além disso, existe um passivo ambiental nessas áreas extremamente elevado, não só por construções que ficam localizadas em áreas de risco com em áreas de proteção ambiental, como na beira dos rios. E, especificamente, no Jacarezinho nos últimos 3 anos, com ênfase nos últimos 2 anos, com a questão da pandemia, essa população perdeu seus empregos, sua renda e passou a ter como atividade principal a questão da reciclagem de maneira informal dentro dessas áreas. Na última reunião foi falado bastante sobre a contextualização ambiental que todos conhecem bem. São comunidades como Jacarezinho, que na última reunião do Fecam, teve aprovado por todos os Conselheiros um investimento junto ao rio Jacaré e rio Salgado o valor de 147 milhões de reais. Mas as demais comunidades como a Maré sofrem com problemas gravíssimos ambientais, sendo que a própria região de Rio das Pedras, Muzema, Tijuquinha e do Banco vêm sofrendo com fortes chuvas. Entretanto, não só o problema das chuvas mas do lixo. E os produtos que podem ser reciclados e gerar renda para a comunidade, são lançados nos principais rios e lagoas do Rio de Janeiro. Além desses locais listados na apresentação, não serão executados o Pavão Pavãozinho e Cantagalo porque é uma comunidade situada na zona sul e não há terreno disponível para a construção de um polo de reciclagem. Mas, por outro lado outras duas localidades que são importantes para o Governo que é o Complexo da Maré, o Complexo do Alemão e a região de Senador Camará estão sendo inseridas na proposta de construção do polo de reciclagem. Finalizando, a Sra. Rute passa para a Subsecretária Ana para falar sobre a questão dos objetivos, das metas e dos valores. A Subsecretária, continua explicando que este projeto é de fundamental importância para a Secretaria, e a Subsecretaria já tem uma área de economia circular, e um dos pilares é parte de projetos e construções. Então, seria efetivar no território, nas localidades ações práticas para viabilizar e economia circular. E toda ação que pode ser realizada nas comunidades a partir das ações em conjunto com aquelas que o Governo vem fazendo, p.e. no Alemão tem um parque ambiental que é o Parque da Mina, e nessas localidades, então, realizar ações gerando renda, além da questão de encaminhar o resíduo para reciclagem. Isso leva a atingir tanto o social quanto o econômico e o ambiental. A ideia é criar estruturas, assim como na Rocinha a experiência serviu de base para este projeto, e que permita a ação de catadores locais através de cooperativas e de associações locais, para que se tenha um espaço para triagem, prensagem e estocagem de resíduos para serem encaminhados para reciclagem. E que acaba sendo um ponto de encontro e de trabalho para fortalecer a ação dos catadores de cada uma dessas comunidades. De forma mais específica, trata-se de ampliar os pontos de coleta de resíduos, criando uma política pública que vai garantir a qualidade do processo. Hoje se tem um grande contingente de catadores e da população que vive da coleta eletiva, sem condições de trabalho. Então, essa experiência vai trazer uma condição de trabalho garantindo uma melhoria do que hoje é como se dá esse processo, muito focado na informalidade. Um processo de geração de renda claro que vai afetar diretamente esse público alvo, e a experiência da Rocinha com o “Olho no Lixo”, que hoje é o “Comunidade Recicla”, onde a Subsecretaria vem desenvolvendo a 5 anos com o apoio da ACERJ um projeto nesse sentido, existindo experiência pregressa para a realização dessa ação. Fomentar que os próprios domicílios das comunidades façam o seu papel de separação e tenham um local onde entregar, sabendo que vai ser entregue diretamente para a coleta seletiva na sua comunidade; incentivar essas práticas de reaproveitamento e reciclagem de resíduos; trabalhar a questão da educação ambiental e incentivar a saída da cultura do lixo, que é um problema ambiental, para criar uma nova cultura, cultura de resíduo onde há valor

agregado. Algo que se precisa trabalhar, e o trabalho cultural é fundamental para a realização do envolvimento de toda a comunidade. A parte inicial são os procedimentos técnicos administrativos como a elaboração de edital, projeto executivo, com o apoio da equipe da Sra. Rute no desenvolvimento do projeto executivo, das obras, dos espaços, que estão em terrenos do próprio poder público. No Jacarezinho e na Muzema já estão definidos, sendo realizados o processo de licitação e a contratação para execução das obras, aquisição de material e implantação do projeto. O orçamento as das sete localidades é da ordem de R$ 10.476.076,00 no prazo de 12 meses para realização dessa implantação. A ideia é que a partir desses espaços que serão viabilizados, vai se trabalhar com as comunidades, tendo uma cooperativa, uma associação, que aos poucos será inserida no espaço, que é um espaço público, um espaço que continua durante o processo sob gestão do poder público em parceria com uma organização local. A intensão é que o espaço seja de uso da comunidade. Faz parte do projeto consultorias para fazer a conexão com uma instituição local. E enquanto poder público estiver sempre acompanhando o processo local, porque o espaço durante todo o tempo continua. O Subsecretário José Ricardo, abre o projeto para discussão perguntando se os Conselheiros têm alguma dúvida, alguma observação ao projeto. O Conselheiro Jorge Peron diz que gostaria de fazer duas observações, a primeira, assim como já foi feita na apresentação da última reunião, onde foi feita a proposta para a Rocinha, parabenizar toda equipe da Subsecretária Ana Asti, envolvida nesse projeto, que tem um potencial bastante rico, amplo, para que seja realmente parte da solução de todos os problemas que a Subsecretária elencou e mais uma vez parabéns por essa iniciativa, e sugerir a possibilidade de naquelas comunidades exista uma ação já realizada por parte SESI através do programa SESI Cidadania, que esses polos sejam, um ponto, um elemento que some ao SESI Cidadania e vice-versa. Fica aqui, a possibilidade a ser considerada pela Subsecretaria. E um ponto que chamou a atenção em relação ao custo do projeto, é que olhando a reunião anterior o custo da Rocinha estava orçado para 2 milhões e oitocentos reais e agora para 7 comunidades para aproximadamente 10,5 milhões de reais. Existe algum elemento no projeto da Rocinha que justifique, adiantando que vi o custo de 1,5 milhão para desapropriação, e foi comentado que seriam para espaços locais, é isso mesmo, pergunta o Conselheiro. Isso é o ponto que difere? A Sra. Rute agradece seus elogios e explica que vem trabalhando há bastante tempo na elaboração da ação desse projeto em parceria com a Subsecretaria, e o que difere da Rocinha é o custo o do imóvel. No caso do Jacarezinho o Governo do Estado desde 2021 quando haveria a implementação do PAC das comunidades, o Governo desapropriou 46 imóveis dentro do Jacarezinho. Então o custo é zero para a implantação desse equipamento no Jacarezinho, igualmente na Muzema o terreno é onde a Secretaria do Ambiente já tem as ecobarreiras e no Cesarão foi identificada uma área de propriedade do Governo do Estado, que está desocupada, uma área plana, não existindo a questão de desapropriação, de valor, nas áreas do Programa Cidade Integrada. Ainda não foi identificado em Rio das Pedras. Mas existem áreas de propriedade do Governo que estão ocupados irregularmente pela milícia e na Maré foi feito um diagnóstico para um antigo programa que estava sendo desenvolvido, que era o Comunidade Cidade e talvez a Maré vai necessitar de processo de desapropriação de imóvel. Mas não foi incluído um valor porque não existe avaliação nem a identificação desse imóvel na Maré. Nos demais já se sabe onde serão construídos finaliza. O Sr. José Ricardo pergunta se existe mais alguma dúvida e não havendo mais nenhuma consideração, passa para a deliberação do projeto, que por unanimidade é aprovado por todos os Conselheiros. Passando para o quarto e último projeto da pauta. **3.4 - Proponente: Inea/Dirram – Projeto "Projeto Executivo e Obras de Canalização de Trecho do Canal da Ribeira, Cachoeira de Macacu" – Valor: R$ 9.210.050,59 – Prazo: 06 meses – Processo: SEI-070002/003601/2022.** O Subsecretário José Ricardo passa a palavra para o Sr. João Rocha da Dirram para iniciar a apresentação. Que começa comentando sobre as fortes chuvas em Cachoeira de Macacu no início do ano, provocando inúmeros danos a infraestrutura da cidade. A Prefeitura encaminhou um ofício com solicitações de inúmeras intervenções em

pontes, travessias, trechos de vias que foram rompidas com essas chuvas e dentro dessas solicitações veio o pedido de canalização de trecho do canal da Ribeira. Cachoeira de Macacu possui uma das maiores redes hidrográficas do Estado do Rio e da região metropolitana com uma contribuição muito grande para a bacia da Baía de Guanabara, e todos os rios com vazões muito grande. Continua mostrando a imagem do rio Macacu e na parte inferior da imagem o bairro da Ribeira conhecido como Papucaia. É uma área bastante urbanizada. O rio Macacu é o principal corpo hídrico dessa bacia e o trecho do canal da Ribeira que faz a drenagem de todo esse bairro. O que acontece é que o trecho a montante está todo canalizado e o trecho a jusante foi feita de forma rudimentar uma canalização e nessa chuva de janeiro foi rompida, feitos sem projeto hidráulico, com vazão inferior à necessária. E o trecho final, que é menos adensado, já tem uma área de vegetação de mata ciliar que é importante de ser preservada. É um rio com uma calha bem alta, característica daquela região dos corpos hídricos afluentes do rio Macacu, e uma série de danos foram causadas durante as últimas chuvas. Outras imagens são mostradas, como a manilha que está na parte inferior, totalmente assoreada e acumulando esgoto a céu aberto devido aos rompimentos e erosões que foram provocadas no trecho a jusante. A ideia, então, é levar a canalização para o trecho só da parte urbanizada, preservando o trecho final aberto com a adequação do desague desse canal no rio Macacu. A urbanização seria nesse trecho que vai ser canalizado, com uma galeria fechada, com equipamentos públicos, melhorando a qualidade de vida, aumentando a valorização desses espaços públicos para consolidar esse ambiente como ambiente de lazer e público, evitando possíveis ocupações. Finalizando, é um corpo hídrico que precisa pegar as redes que existiam e que jogavam a drenagem e o esgoto diretamente nesse canal; precisa coletar e provisoriamente destinando a uma fossa filtro coletiva, readequando a drenagem e também adequando a calha a vazão que ela realmente necessita; precisa, também, escoar para essa galeria de 50 anos para o trecho fechado e de 25 anos para o trecho aberto. E, por fim, o projeto vai ser aprimorado realizando a etapa de projeto executivo, já sendo feita a readequação da parte da geotecnia e de terraplanagem, estimando em 06 meses o prazo e o valor de R$ 9.210.050,59. O Presidente agrade e abre para dúvidas e considerações, passando para a deliberação do projeto, que é aprovado por unanimidade todos os Conselheiros. O Presidente se desculpa por ter apresentado o projeto de última hora, que é uma demanda muito urgente em razão do que se está vivendo nesse período de chuva tão crítico. Agradece a equipe do Fecam e da Superintendência que correram para que este projeto fosse inserido nesta pauta. Passa para o quarto item da pauta – **4. Informe - Alteração do valor do Projeto "Projeto de Macrodrenagem em trecho do Córrego Secades, Município de Barra Mansa, RJ", não iniciado, no valor de R$ 919.239,60 para R$ 1.630.863,22.** O Sr. João Rocha informa que o motivo principal dessa readequação se deve a abrangência do projeto, que na primeira análise com a Prefeitura de Barra Mansa foi identificada uma faixa marginal de interferência no rio de aproximadamente 15 metros de cada lado do corpo hídrico, sendo necessária uma ampliação dessa faixa por conta da situação da condição de escoamento das últimas chuvas, que provaram que o impacto da mancha de inundação é maior do que o previsto. Então, para que os estudos reflitam com fidelidade as condições do terreno, é um rio de topografia bastante acidentada, terá que ser feito um levantamento, um cadastro em uma área muito adensada de casas, necessitando de um cadastramento e um levantamento maior do que o previsto. E, somado a isto a atualização da data base do orçamento, que com a questão de reajuste de preços impactando os reajustamentos de data base dos orçamentos da Dirram. Por exemplo, uma obra apresentada recentemente, o rio Roncador, foi licitado por 44 milhões e com a data base atual chegaria a 78 milhões. É um impacto muito grande quando se reajusta a data-base, sendo isso que ocasionou a diferença de valor. O Presidente pergunta se os Conselheiros têm alguma consideração sobre o informe e não havendo qualquer dúvida, agradece a todos a participação e dá como encerrada a sessão.

JOSÉ RICARDO FERREIRA BRITO
Subsecretário Executivo da SEAS

JORGE VICENTE PERON MENDES
Representante da FIRJAN

MARKUS WOLFJDUNKELL BUDZKZ
Representante Suplente da APEDEMA

ALLAN CRISTIANO DOS SANTOS
Representante Suplente da SEFAZ